



A OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL EXECUTIVO POR MEIO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ¹

THE OPTIMIZATION OF THE CIVIL EXECUTIVE PROCESS THROUGH THE PRINCIPLE OF GOOD FAITH

Elias Marques de Medeiros Neto²

Gustavo Rodrigues dos Santos Lima³

RESUMO: O Código de Processo Civil de 2015 relaciona vários princípios a serem observados em sua aplicação, entre eles o da boa-fé, tratado aqui em sua vertente objetiva, determinando uma atuação leal por todos aqueles que venham a se relacionar com uma demanda. O presente artigo, metodologicamente valendo-se de detida análise doutrinária e jurisprudencial (pátria e internacional) sobre o tema, procura demonstrar a influência desse princípio no âmbito da execução civil visando otimizá-la, concluindo que a objetivação de condutas na fase satisfativa diminui os expedientes que tenham intuito de protelar o andamento a execução, permitindo a tomada de decisões em menor tempo no que toca à fraude à execução ou aquisição de bens dos executados por terceiros.

PALAVRAS-CHAVE: boa-fé objetiva; lealdade; otimização; execução.

ABSTRACT: The 2015 Code of Civil Procedure lists several principles to be observed in its application, including the one of good faith, dealt with here in its objective aspect, determining a loyal action by all those who come to deal with a demand. This article, through the analysis of the Brazilian and international doctrine and jurisprudence, seeks to

¹ Artigo recebido em 02/09/2021 e aprovado em 30/11/2021.

² Pós-Doutor em Direito Processual Civil pelas Universidades de Lisboa e Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUCSP. Advogado e Professor nos programas de Doutorado e Mestrado da Unimar e na graduação da Facamp. São Paulo/SP, Brasil. E-mail: emarques@tozzinifreire.com.br

³ Mestrando no PPGD da Unimar – Universidade de Marília/SP. Marília/SP, Brasil.



demonstrate the influence of this principle in the scope of civil enforcement in order to optimize it, concluding that the objectification of conducts in the satisfactory phase reduces the procedures that are intended to delay the progress of the execution, allowing decision-making in less time in the which concerns fraud in the execution or acquisition of goods from those executed by third parties.

KEYWORDS: objective good faith; loyalty; optimization; execution.

1. INTRODUÇÃO

O Código de Processo Civil atual, promulgado em 2015, diferentemente de seu antecessor, do ano de 1973, e procurando garantir uma melhor sistematização do assunto, alocou em seu início, demonstrando a importância do tratamento, as normas fundamentais do processo civil, estabelecendo que este será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores estabelecidos na Constituição Federal (CF/88).

Não poderia ser diferente, uma vez que várias disposições constitucionais tidas como normas fundamentais, arroladas nos incisos do artigo 5º da CF/88 referem-se diretamente ao processo brasileiro como um todo, devendo ser obrigatoriamente observadas, em razão do que hoje é denominado *modelo constitucional de processo civil*⁴. Não que antes, quando da vigência do Código Processual anterior, tais preceitos principiológicos não fossem observados, mas agora se percebe a relevância de tais princípios quando o CPC/2015 diz expressamente estar a eles submetido já em sua introdução.

Entre os princípios arrolados nos artigos iniciais do CPC/2015, mais especificamente no 5º, encontra-se o da boa-fé processual, disciplinando que aquele que, de qualquer forma, venha a participar do processo deve-se comportar de acordo com a boa-fé, encontrando correspondência parcial com o artigo 14, inciso II do CPC de 1973, ao

⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 18.



dizer este que, entre os deveres das partes e de todos aqueles que participem de qualquer forma do processo está o de “*proceder com lealdade e boa-fé*”.

Fredie Didier Jr, lecionando a respeito da boa-fé, a divide com o intuito de fazer a diferenciação entre aquela que se apresenta enquanto a existência ou não de domínio psicológico de um determinado fato que seja que possa ser ou não do conhecimento de um sujeito (**subjetiva**) ou enquanto norma de conduta que impõe ou proíbe determinados atos que são esperados dentro de uma relação jurídica de direito material ou processual, objetivando-os (**objetiva**)⁵.

O legislador, ao redigir o texto do CPC/2015, fez clara opção pela boa-fé objetiva, que se verifica como verdadeira cláusula geral ao prever vários comportamentos que são esperados das partes processuais e de terceiros que eventualmente venham a ingressar na relação jurídica processual (arrematantes, outros credores, adquirentes de bens litigiosos etc.) e que culminam com a proteção da confiança legítima⁶.

Dessa forma, o presente artigo será desenvolvido com o objetivo de analisar como os consectários da boa-fé podem influenciar diretamente o processo civil executivo brasileiro, na relação existente entre credores e devedores (tanto em cumprimento de sentença, quanto em execução extrajudicial) e terceiros que venham a se relacionar com a demanda.

A pesquisa segue uma vertente jurídico-dogmática, analisando especificamente a interação do princípio da boa-fé em âmbito processual e suas várias interações nesse campo normativo em específico, utilizando-se de textos bibliográficos já escritos pela doutrina especializada e em artigos científicos sobre o tema, utilizando-se o método dedutivo, abordando o assunto de forma exploratória e quantitativa, procurando reunir a maior quantidade de informações possível.

⁵ DIDIER JR, Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 21. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 135.

⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil* – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 462.



Inicia-se a pesquisa trazendo os fundamentos constitucionais de previsão do princípio da boa-fé objetiva e a quem se destina esse comanda, desenvolvendo-se com a apresentação dos desdobramentos da aplicação do citado princípio e aplicação de seus consectários no processo executivo civil. Conclui-se que a aplicação concreta do princípio da boa-fé objetiva possibilita a objetivação de condutas praticadas pelos sujeitos processuais, diminuindo a incidência de manifestações meramente protelatórias, uma vez que no caso concreto será objetivamente considerado quem está de boa ou má-fé.

2. O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E SEUS DESTINATÁRIOS

Mesmo prevendo vários princípios a serem aplicados em âmbito processual, revelando-se como direitos fundamentais de todas as pessoas, a Constituição Federal não prevê a boa-fé objetiva como tal, pelo menos de forma expressa, o que levou a doutrina a se debruçar sobre qual seria, se existente, o fundamento para que este princípio pudesse ser legitimamente considerado e aplicado ao processo civil, balizando o comportamento das partes.

O princípio da boa-fé objetiva, que já se encontrava positivado no ordenamento brasileiro tanto no artigo 4º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor quanto no artigo 422 do Código Civil 2002, ao tratar dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo e das normas interpretativas dos contratos, respectivamente, foi aprofundado por poucos doutrinadores brasileiros no que se refere a sua aplicação ao direito processual civil. Praticamente ignorou-se toda a produção bibliográfica existente sobre o direito privado e o direito público, notadamente o Direito Administrativo, que prevê, entre os princípios da Administração Pública (art. 37 da CF/88) o da moralidade, intimamente ligado à ideia de lealdade e ética no que se refere ao trato da coisa pública⁷.

Com a positivação expressa, entretanto, o princípio ganhou novos contornos. Mais uma vez, Fredie Didier Jr. observa que, mesmo que o princípio da boa-fé objetiva não

⁷ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 135.



fosse previsto pelo ordenamento infraconstitucional de forma expressa, como o é hoje, ainda assim restaria possível extraí-lo de outros princípios constitucionais, uma vez que comportamos pessoais que respeitam os direitos subjetivos de seus semelhantes podem ser encontrados em outros direitos fundamentais⁸.

Nesse sentido, vários autores buscam extrair a boa-fé processual de diferentes princípios constitucionais, procurando dar-lhe sustentáculo. Brunela Vieira de Vicenzi, por exemplo, menciona que a boa-fé pode ser encontrada no objetivo fundamental da República em construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, inciso I da CF/88), em que esse dever de *solidariedade*, de reciprocidade de atitudes hígidas entre os indivíduos implicaria no dever de não quebrar a confiança depositada mutuamente e não agir com deslealdade⁹.

Por outro lado, Menezes Cordeiro afirma que boa-fé seria decorrência do princípio da *igualdade* entre as partes processuais¹⁰; Antônio do Passo Cabral, o que acredita que fundamento seria o princípio do *contraditório*, que estabelece deveres processuais recíprocos entre as partes¹¹; e Joan Pico i Junoy, que leciona que a boa-fé estaria inserida no *devido processo legal*, que estabelece as balizas do direito de ação, direito de defesa e as garantias para que o processo seja promovido de maneira leal, ou, conforme expressão cunhada por este último doutrinador, promovendo um “*devido processo leal*”¹².

O processualista brasileiro conclui seu pensamento ao dizer que todas as posições doutrinárias se mostram acertadas, preferindo, entretanto, a posição do Supremo Tribunal Federal quando da análise do RE n. 464.963-2/GO, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/02/2006, em que ficou assentado que um devido processo legal exige um *processo leal e pautado na boa-fé* de todos aqueles que participam dessa relação jurídica,

⁸ DIDIER JR., Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 70, p. 179-188, out./dez. 2018, p. 182.

⁹ VINCENZI, Brunela Vieira de. *A boa-fé no processo civil*. São Paulo: Atlas, 2003, p.163.

¹⁰ CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes. *Litigância de má-fé, abuso do direito de acção e culpa in agendo*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 51.

¹¹ CABRAL, Antônio do Passo. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. In: *Revista de Processo*. São Paulo: RT, 2005, nº 126, p. 63.

¹² JUNOY, Joan Pico i. El debido proceso ‘leal’. *Revista Peruana de Derecho Procesal*. Lima: Palestra, 2006, vol. 9, p. 345.



não podendo ser considerado *justo* um processo que seja influenciado por atuações desleais ou antiéticas¹³. Fernando Gajardoni e outros doutrinadores também compartilham do mesmo entendimento, considerando a boa-fé objetiva processual como corolário do devido processo legal¹⁴.

Para Humberto Theodoro Jr., o princípio aqui tratado consistiria em poder exigir que um agente praticasse um ato jurídico sempre observando os valores acatados pelos costumes, relacionados intimamente com os consectários de lisura e lealdade, conferindo, então *segurança jurídica* às relações interpessoais, sendo que tal segurança é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, pontuando a doutrina mais abalizada que o princípio da boa-fé objetiva estaria espreado por todo o ordenamento jurídico brasileiro, organizado pela Constituição Federal de 1988¹⁵.

O atual sistema normativo brasileiro está assentado, de uma forma geral, no princípio da boa-fé objetiva, procurando sistematizar as condutas dos sujeitos de direito dentro de padrões éticos e morais esperados, possibilitando prever qual a conduta esperada em determinada relação jurídica¹⁶.

Também com fundamento no próprio princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III da CF/88), vetor axiológico de todo o sistema jurídico brasileiro, interrelacionado com a solidariedade social e a igualdade substancial poderia ser extraído o princípio da boa-fé, como ilação lógica do sistema, daí irradiando-se, necessariamente, para alcançar todos os relacionamentos jurídicos privados e públicos¹⁷. Reconhece-se,

¹³ DIDIER JR., Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 70, p. 179-188, out./dez. 2018, p. 183-184.

¹⁴ GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015* – 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018, p. 39.

¹⁵ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil* – vol. I: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum – 60. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 139.

¹⁶ COSTA, Gabriel Ahid; NINA, Leandro Costa. O princípio constitucional da boa-fé: garantia de lealdade e confiança nas relações jurídicas privadas. In: CRUZ, André Gonzalez; DUARTE JR., Hildelis Silva; JESUS, Thiago Alisson Cardoso de (Orgs.). *Estudos atuais de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2014, p. 161: “A boa-fé, em sua acepção objetiva, pode ser compreendida como um princípio-norte de todo o sistema jurídico vigente, haja vista que estabelece de forma prévia todo um conjunto sistemático de condutas pautadas em valores éticos e morais essenciais ao desenvolvimento das relações individuais no âmbito legal”.

¹⁷ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil* – vol. I: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum – 60. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 140.



assim, que o princípio aqui estudado tem substrato constitucional e que, portanto, é de fundamental aplicação para o desenvolvimento saudável da relação processual que se estabelece.

Seguindo, é importante estabelecer quem são os destinatários da previsão legal que incorpora a boa-fé objetiva ao processo, conforme mencionado no artigo 5º do Estatuto Processual: “aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”.

O Código de Processo Civil dedica um de seus livros da Parte Geral, mais especificamente o Livro III para a disciplina, a partir do artigo 70, dos “sujeitos do processo”. Daí em diante, regulamenta os requisitos e as responsabilidades das partes e de seus procuradores na relação processual, a formação de litisconsórcio ativo ou passivo, as formas de intervenção de terceiros no processo, além de regras específicas para atuação do juiz e demais auxiliares da justiça, do Ministério Público, da Advocacia e Defensoria Públicas¹⁸.

Nessa perspectiva, o que se pode depreender é que a boa-fé objetiva processual deve ser observada por todos aqueles que tenham algum tipo de participação no bojo de um processo, zelando cada um por uma atuação leal, esperando do outro sujeito a mesma conduta, reciprocamente.

E mesmo outros participantes que não estão expressamente previstos no cita do Livro III como “sujeitos processuais”, mas que se encontram disciplinados em outros pontos do CPC/2015 devem também observar os ditames da boa-fé objetiva, com intuito terem uma atuação leal no processo, como testemunhas, eventuais credores e terceiros

¹⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 547: “Sujeitos do processo” é expressão ampla que quer compreender todo aquele que participa do processo, independentemente da razão pela qual isso se dê. Tanto o são os sujeitos parciais (as partes e os terceiros intervenientes) como os imparciais (o juiz e os seus auxiliares), como os demais exercentes das funções essenciais à administração da Justiça; advogados privados e públicos, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública são sujeitos do processo nessa perspectiva ampla. É essa a razão pela qual a disciplina a eles reservada pelo Código de Processo Civil encontra-se nesse mesmo Livro [...]”.



interessados, como arrematantes do bem penhorado no processo executivo ou adquirentes de bens litigiosos¹⁹.

Com isso, se vê que o princípio da boa-fé processual tem tanto uma repercussão endo quanto extraprocessual, regulando a conduta de personagens que não estavam ligados inicialmente ao litígio, sendo que tal fenômeno é observado por Egon Bockmann Moreira quando de seus estudos a respeito do Processo Administrativo regulamentado pela Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999²⁰.

Inclusive é tido pela doutrina que a vinculação do órgão jurisdicional ao princípio da boa-fé representa o reflexo de que o Estado, enquanto detentor do poder de resolver as demandas que lhe são apresentadas, deve agir com lealdade, protegendo a confiança legítima das pessoas nas instituições e, com isso promover a segurança jurídica²¹. O juiz ou Tribunal não podem atuar de maneira contraditório, criando expectativas processuais para as partes que depois, com o desenrolar da demanda, venham a ser frustradas, de encontro com o que era esperado²².

Expressamente, o Código de Processo Civil de 2015, reafirma o dever de boa-fé em duas disposições. A primeira delas é encontrada no artigo 322, § 2º, afirmando que “*a interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé*” e a segunda está presente no § 3º do artigo 489, ao dispor que “*a decisão judicial*

¹⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 547.

²⁰ MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo: Princípios Constitucionais e a Lei 9.784/1999*. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 116: “A boa-fé, portanto, impõe a supressão de surpresas, ardis ou armadilhas. A conduta administrativa deve guiar-se pela estabilidade, transparência e previsibilidade. Não se permite qualquer possibilidade de engodo – seja ele direto ou indireto, visando à satisfação de interesse secundário da Administração. Nem tampouco poderá ser prestigiada juridicamente a conduta processual de má-fé dos particulares. Ambas as partes (ou interessados) no processo devem orientar seu comportamento, endo e extraprocessual, em atenção à boa-fé. Caso comprovada a má-fé, o ato (ou o pedido) será nulo, por violação à moralidade administrativa.”

²¹ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p.141.

²² CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 20: “Pense-se, por exemplo, no caso de o juiz ter indeferido a produção de uma prova requerida pelo demandante, ao fundamento de que tal prova se destinaria a demonstrar um fato que já estaria comprovado. Posteriormente, o pedido é julgado improcedente, ao fundamento de que aquele mesmo fato não estaria provado, sendo do autor o ônus probatório. Essas são condutas contraditórias e, por isso mesmo, contrárias ao princípio da boa-fé objetiva. Não se admite que o juiz assim proceda (FPPC, enunciado 375: “O órgão jurisdicional também deve comportar-se de acordo com a boa-fé objetiva”).”



deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé”. Nos dois casos, como se pode perceber desde logo, a boa-fé objetiva é tratada como regra de interpretação²³, tanto do conteúdo do pedido, no primeiro caso, quanto do teor do que foi decidido pelo juiz na sentença.

Os destinatários do primeiro comando (boa-fé na interpretação do pedido) são o juiz e o demandado. Os dois, diante da declaração de vontade inserida no pedido (este, por sua vez, inscrito na petição inicial como seu requisito) que o autor promove, criam legítimas expectativas que devem ser observadas quando da interpretação do pedido²⁴.

A doutrina processualista, ainda, leciona que, enquanto manifestação de vontade, o pedido feito na petição inicial deve ser objeto de interpretação na exata medida do artigo 112 do Código Civil de 2002, em um verdadeiro diálogo das fontes entre os dois sistemas jurídicos (material e processual), atendendo-se mais a intenção que esteja consubstanciada em detrimento do sentido literal da linguagem²⁵.

Sobre a necessidade de se interpretar o conteúdo da sentença (e de qualquer outra decisão judicial em geral) sob o consectário da boa-fé objetiva²⁶, conforme a segunda regra hermenêutica acima citada, deve-se levar em consideração que o conteúdo do que fora

²³ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 144.

²⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 175: “[...] se o autor passou toda a inicial a descrever um vício de consentimento de um contrato, gera-se, tanto para o demandado como para o órgão jurisdicional, a legítima expectativa de que aquela será uma demanda de anulação do negócio jurídico. Pode ocorrer, porém, de o autor escrever, em seu texto, que pretende a rescisão do contrato. O princípio da boa-fé, porém, exige que tal pedido seja interpretado como a manifestação de uma pretensão de anulação (e não de rescisão) do negócio”.

²⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 175; DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 686-687; PEREIRA, Luis Guilherme Gonçalves. *A possibilidade jurídica de julgamentos implícitos no processo civil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 74.

²⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 252: “[...] a decisão judicial deve ser interpretada ‘em conformidade com o princípio da boa-fé’. É que a sentença gera, nos sujeitos que participam do processo (e também em terceiros) expectativas legítimas, o que impõe a proteção da legítima confiança que na sentença se deposita. Assim, por exemplo, o fato de se ter empregado na sentença terminologia equivocada (como se falar em nulidade em vez de anulabilidade, ou de rescisão em vez de resolução) não deve levar a se ter por viciado o pronunciamento, se é legítimo considerar que o órgão julgador decidiu a causa que lhe foi submetida”.



decidido pelo órgão jurisdicional também gera expectativas legítimas com relação a todos demais sujeitos processuais, devendo ser respeitada como uma unidade de sentido²⁷.

Em decorrência da regra da congruência que deve existir entre pedido e sentença, prevista expressamente no artigo 492 do Código de Processo Civil de 2015, pode-se considerar que existe íntimo vínculo entre a boa fé na interpretação do pedido (art. 322, § 2º, CPC/15) e a interpretação da sentença (art. 489, § 3º, CPC/15), já que um induz o outro, em uma relação de reciprocidade interpretativa. O juiz interpreta de boa-fé o pedido e as partes interpretam, igualmente de boa-fé a decisão judicial, que se espelha no pedido feito²⁸.

3. FACETAS DA BOA-FÉ OBJETIVA NO PROCESSO CIVIL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A boa-fé objetiva, enquanto princípio processual, não se esgota apenas enquanto regra de interpretação do pedido e do conteúdo da sentença (ou outra decisão judicial proferida em âmbito judicial), possuindo outras facetas de aplicação, uma vez que, relacionada a comportamentos dos sujeitos processuais, encontra campo fértil de aplicabilidade.

Nesse sentido, a boa-fé objetiva ainda pode ser considerada como criadora de deveres para todos os sujeitos processuais, sempre com o objetivo de atingir o *devido processo legal*, coibindo os abusos que possam ocorrer no curso do processo, que venham a ser praticados por qualquer um. O próprio Código de Processo Civil de 2015 prevê, em dois artigos emblemáticos, condutas que, uma vez praticadas, são entendidas como violadoras de deveres processuais e, como consequência, ensejam o sancionamento daquele que nelas incorreu²⁹.

²⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de processo civil comentado* – 3. ed. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2017, p. 593-594.

²⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 252-253.

²⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 463.



Inicialmente, pode ser citado o artigo 77 do CPC/2015 que prevê um rol exemplificativo (já que existem outros previstos no diploma processual) de deveres a serem observados pelas partes, seus procuradores e todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, prevendo aqueles que podem ser considerados como “atos atentatórios da dignidade da justiça”. Tais atos podem ser sancionados com multa de até 20% do valor da causa, cuja graduação leva em conta a gravidade da conduta para o processo (§ 2º do art. 77) e será revertida em favor dos fundos eventualmente criados pela União e os Estados para a modernização do Poder Judiciário, previstos no artigo 97 do CPC/2015. Apesar de a multa não poder ser aplicada aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, o juiz deverá oficiar à corregedoria ou órgão de classe correspondente para que sejam aplicadas as eventuais penalidades administrativas cabíveis (§ 6º do art. 77).

Há de ser mencionado também, já com relação ao processo executivo, o artigo 774 do CPC/2015, que prevê objetivamente as condutas comissivas ou omissivas que são consideradas como “atos atentatórios à dignidade da justiça”, que em geral, obstaculizam a satisfação do crédito exequendo, causando prejuízos ao credor da obrigação. Nesse caso, o juiz pode aplicar multa correspondente à 20% do valor atualizado do débito em execução, no máximo, sendo que o valor da penalidade será revertido em favor do exequente, conforme o parágrafo único do mesmo artigo.

Interessante salientar, nesse ponto, que tal atividade fiscalizatória cabe precipuamente ao juiz do processo de conhecimento ou de execução, que deve sempre, até com viés preventivo, advertir a parte que esteja se comportando de forma totalmente contrária àquilo que se espera em âmbito processual, ou seja, baseado na boa-fé objetiva que deve circundar as condutas, conforme estabelecem tanto o § 1º do artigo 77 quanto o artigo 772, inciso II, ambos do CPC/2015. A doutrina entende, ainda, que o desrespeito a essa advertência prévia pode implicar na invalidade da penalidade aplicada, por violação ao princípio do contraditório e vedação da decisão-surpresa (art. 10 do CPC/2015), tudo



isso também como aplicação da boa-fé objetiva que deve nortear as atitudes de todos os sujeitos processuais³⁰.

Além de estabelecer os deveres das partes, prevendo condutas que não devem ser praticadas sob pena de serem sancionadas, a boa-fé objetiva serve de fundamento para regular a forma como os direitos processuais dos sujeitos devem ser exercidos de forma legítima, impossibilitando o abuso de direito³¹.

Disso então temos os desdobramentos que podem ser observados a partir da aplicação da boa-fé objetiva, extraídos da doutrina alemã a respeito dos estudos do instituto do *Treu und Glauben*³², importado para o direito brasileiro e aplicados inicialmente no direito privado. Segundo Cássio Scarpinella Bueno³³, a violação da boa-fé objetiva acaba resvalando em situações consideradas como comportamentos contraditórios, entendidos como a prática de um ato posterior que se mostra suficiente a frustrar a legítima expectativa criada por um ato anterior por determinado sujeito processual, que são vedados.

Especificamente, o *venire contra factum proprium* é exatamente o comportamento contraditório acima citado, em que um sujeito pratica um ato no curso do processo, gerando expectativas legítimas nos demais sujeitos de que a demanda seguirá determinado curso ou que determinada situação acontecerá ou não e, posteriormente, com total desrespeito à conduta anterior, pratica-se ato que frustra os direitos dos demais sujeitos ou causa tumulto processual. Podem ser citados como exemplos: recorrer contra uma decisão

³⁰ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 108.

³¹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 463.

³² DIDIER JR., Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 70, p. 179-188, out./dez. 2018, p. 179-180.

³³ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 463.



que se aceitara (art. 1.000 do CPC) ou pedir a invalidação de ato a cujo defeito deu causa (art. 276 do CPC brasileiro), ou impugnar a legitimidade já aceita em processo anterior³⁴.

Pode ser citada também a *supressio* (*Werwinkung*), situação em que o sujeito perde determinado poder processual em razão do seu não exercício, o que gera a confiança nos demais de que não o exercerá futuramente, sendo que a tentativa de exercê-lo posteriormente torna-se deslegítima, por violar a boa-fé objetiva³⁵.

Podemos encontrar na doutrina alguns exemplos de *supressio* processual: a) perda do poder do juiz de examinar a admissibilidade do processo, após anos de tramitação regular, sem que ninguém houvesse suscitado a questão; b) perda do direito da parte de alegar nulidade, em razão do lapso de tempo transcorrido, que fez surgir a confiança de que não mais alegaria a nulidade; c) perda do direito à multa judicial, em razão de a parte ter demorado excessivamente para comunicar o descumprimento da decisão³⁶.

Pode-se mencionar ainda, como consectário de uma atuação processual que esteja de acordo com os ditames da boa-fé no sentido de regular o exercício legítimo de direitos, o exercício destes sem abuso por parte do sujeito processual. O direito processual que seja exercido com intuito emulativo ou desobedecendo padrões de comportamento não pode ser acobertado pelo direito, de forma que não se revela, portanto, legítimo, e por esse motivo, deve ser coibido. A ideia de abuso de direito pode ser extraída do artigo 187 do Código Civil de 2002, que disciplina que o sujeito deve exercer seus direitos em conformidade com a boa-fé, os costumes e pela própria função social, sob pena de ser responsabilizado civilmente³⁷.

Cita-se o abuso no direito de defesa, que pode levar inclusive à concessão de tutela provisória de evidência (art. 311, inciso I do CPC/2015), a escolha de meio executório que

³⁴ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 141-142.

³⁵ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 142-143.

³⁶ DIDIER JR., Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 70, p. 179-188, out./dez. 2018, p. 186.

³⁷ MEDEIROS NETO, Elias Marques de; SORRILHA, Rúbia Cristina. O princípio da boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro: um breve estudo do Novo Código de Processo Civil. *Revista eletrônica de direito processual*, v. 18, p. 174-208, 2017, p. 203.



seja mais gravoso ao devedor por puro capricho (art. 805 do CPC/2015) ou o abuso no direito de interpor recursos (art. 80, inciso VII do CPC/2015)³⁸. Ora, nesses casos, percebe-se que existe um direito processual (defender-se, executar o débito e recorrer de decisões), mas o abuso o deslegitima, uma vez que os demais sujeitos processuais não aguardavam por condutas prejudiciais.

Por fim, podemos citar a proibição de criar posições processuais de forma dolosa, com atuação de má-fé por parte de algum sujeito processual, como nos casos em que é feito pedido de citação indevida por edital, conforme previsto no art. 258, as hipóteses de litigância de má-fé, previstas expressamente no art. 80 e a atuação dolosa ou fraudulenta do órgão jurisdicional, prevista no art. 143, inciso I, todos do CPC/2015, como exemplos dessa proibição que, se transgredida, pode ser penalizada.

Importa mencionar, por fim, que a doutrina processualista³⁹ faz a precisa advertência de que o transporte das formulações que são típicas de direito privado e que dizem respeito aos desdobramentos da boa-fé objetiva conforme a doutrina alemã não pode importar em um desvirtuamento (ou até mesmo reinvenção) do direito processual e de seus institutos seculares, que não serão deixados de lado em razão da aplicação dos consectários da lealdade que deve existir entre os sujeitos processuais. Nesse sentido, não se poderia considerar que, no caso em que uma das partes perde um prazo processual para a prática de algum ato, estar-se-ia diante da *supressio*, uma vez que, na verdade, ter-se-ia ocorrido a preclusão, pura e simplesmente.

4. A OBJETIVAÇÃO DE COMPORTAMENTOS NO PROCESSO EXECUTIVO CIVIL COM O OBJETIVO DE OTIMIZAR A TUTELA SATISFATIVA

O princípio da boa-fé objetiva, previsto na parte geral do Código de Processo Civil de 2015, demonstra exatamente para o que veio. Sua aplicação não se restringe única e

³⁸ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 142.

³⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 464.



exclusivamente ao processo de conhecimento, momento em que as partes apresentam seus pedidos e defesas em busca de um provimento jurisdicional. Nesse sentido, a doutrina salienta que no âmbito do processo executivo, existe campo fértil para a concretização desse princípio, uma vez que é ambiente propício para a prática de comportamentos desleais, abusivos e fraudulentos⁴⁰.

Em geral, a boa-fé objetiva, aplicada aos mais variados ramos do direito e aqui tratada especificamente ao processo civil executivo, funciona como uma tentativa de tornar os comportamentos humanos objetivos, possibilitando que sejam previsíveis no âmbito das relações interpessoais, adequando as condutas a verdadeiros padrões que sejam esperados do homem médio comum⁴¹. Uma vez objetivados os comportamentos, pode-se esperar uma maior facilitação da interpretação das condutas dos sujeitos processuais e, de forma específica, otimizar o desenrolar do processo executivo diante de determinadas condutas que são praticadas.

Isso pode ser observado, inicialmente, com o já citado art. 774 do CPC/2015, em que são previstos cinco incisos que relacionam as condutas taxativas que são objetivamente consideradas (não se afigurando como norma dispositiva) como atos atentatórios à dignidade da justiça, praticadas por meio de ações concretas ou omissões por parte do executado e que invariavelmente têm a finalidade de impossibilitarem a satisfação do exequente, sendo penalizadas pelo parágrafo único do mesmo artigo⁴².

Essa previsão, diferentemente do que está previsto no art. 77 do Estatuto Processual, é destinada apenas ao executado, que é o único que pode praticar as condutas ali previstas. Isso não quer dizer que os demais sujeitos processuais não podem atuar com má-fé no processo executivo, mas suas condutas podem ser entendidas, no máximo, como

⁴⁰ DIDIER JR., Fredie; CUNHA; Leonardo Carneiro da; BRAGA; Paula Sarno; OLIVEIRA. Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução* – 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 68.

⁴¹ RUBINSTEIN, Flávio. *Boa-fé objetiva no direito financeiro e no direito tributário brasileiros*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 11.

⁴² GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015* – 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018, p. 41.



litigância desleal, prevista no também em condutas objetivas descritas no art. 80 do CPC/2015.

Com relação ao exequente, por sua vez, a doutrina processualista, aplicando um dos desdobramentos da boa-fé objetiva conhecido como “*duty the mitigate the loss*” (dever de mitigar o próprio prejuízo), reconhece a ocorrência do fenômeno da *supressio* no processo executivo, quando o credor deixar que a multa aplicada ao devedor que descumpre obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa, por exemplo, atinja montante excessivo, causando prejuízo ao executado⁴³.

É possível perceber também, em alguns casos, que o exequente/credor pode obrar com ausência de boa-fé de sua parte, que atuando de maneira abusiva, fazendo com que o executado/devedor sofra prejuízos que poderiam ser evitados caso aquele tivesse promovido o regular andamento do processo, não permitindo que a dívida se avolumasse⁴⁴.

Imagine-se o caso em que o devedor é intimado para cumprir uma obrigação de fazer, reconhecida na sentença já transitada em julgada, sendo que no momento da intimação, o juiz fixou multa diária, em razão de eventual descumprimento, que se mostrou existente no exemplo. Ou seja, a multa, a ser revertida ao exequente (art. 537, § 2º do CPC/2015), é reconhecida, nesse momento, como um direito legítimo. Ocorre que o exequente, ciente de que o executado pode se quedar inerte por longos anos, mostra-se desinteressado no prosseguimento da execução e se utiliza de expedientes meramente protelatórios para que o valor da multa aumente e, ao final, aufera uma vantagem econômica até maior que a que se daria com o cumprimento da obrigação de fazer.

Em decorrência do dever de mitigar o próprio prejuízo, o exequente deveria procurar a satisfação da obrigação de fazer, uma vez que ausência da prática do ato pelo

⁴³ DIDIER JR., Fredie; CUNHA; Leonardo Carneiro da; BRAGA; Paula Sarno; OLIVEIRA. Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução* – 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 620-621.

⁴⁴ SOUZA, Leonardo Fratini Xavier de; SIMAS, Sivonei. O princípio da boa-fé processual: reflexos de sua violação pelo exequente. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 1, p. 7215-7232, 2021, p. 7219: “Ocorre que, não raras vezes é o próprio exequente quem pratica atos eivados de má-fé ou ao menos abusivos, tendentes a dificultar a defesa do executado, ou mesmo tornar o cumprimento da obrigação ainda mais dificultosa para o devedor. Não se pode esquecer que em determinados casos concretos, a desigualdade entre as partes é gigantesca, tanto na esfera econômica, social e técnica, o que estimularia a realização de abusos processuais pelo exequente, no intuito de prejudicar o executado”.



executado estaria lhe causando maiores prejuízos e não permanecer inerte para que o valor da multa aumente, agindo em desacordo com os consectários de boa-fé objetiva processual⁴⁵. Atento a isso, o próprio legislador previu que, no caso em que a multa se tornar excessiva, o juiz pode, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa ou até mesmo excluí-la, suprimindo o direito do exequente que, inicialmente seria legítimo (art. 537, § 1º, inciso I. do CPC/2015). Conforme lição doutrinária, estar-se-ia diante de um ato ilícito processual caducificante⁴⁶.

Outra importante aplicação do princípio da boa-fé objetiva ao processo executivo brasileiro, com o intuito de deixá-lo mais adequado ao objetivo de satisfazer a pretensão do exequente com a menor onerosidade possível ao executado é a aplicação da teoria do adimplemento substancial ou do inadimplemento mínimo, voltada a evitar abusos por parte do exequente.

Importada da jurisprudência americana, a teoria do *substancial performance* indica que o cumprimento significativo da prestação equivale ao cumprimento total nos casos em que o credor queira se utilizar de expedientes processuais contra o executado como se este não tivesse cumprido nada ou quase nada do acordo anterior. Nesses casos, como inadimplemento da obrigação é um dos pressupostos para o início do processo executivo (art. 786 do CPC/2015), pode o juiz se recusar a tomar medidas mais drásticas no caso em que verificar que o inadimplemento é insignificante⁴⁷.

É o caso, por exemplo, em que, após firmado um acordo entre as partes no processo executivo para pagar o débito em dez parcelas, apenas oito delas foram pagas no prazo estipulado e as demais se venceram sem cumprimento. Seria extremamente gravoso e

⁴⁵ GAMELEIRA, Fernanda Figueira. O dever de mitigar o próprio prejuízo aplicado à execução dasastreintes. *Revista do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da EMERJ*. n. 3. 2014, p. 7.

⁴⁶ DIDIER JR., Fredie; CUNHA; Leonardo Carneiro da; BRAGA; Paula Sarno; OLIVEIRA. Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução* – 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 623: “Ao não exercer a pretensão pecuniária em lapso de tempo razoável, deixando que o valor da multa aumente consideravelmente, o autor comporta-se abusivamente, violando o princípio da boa-fé. Esse ilícito processual implica a perda do direito ao valor da multa (*supressio*), respectivamente ao período de tempo considerado pelo órgão jurisdicional como determinante para a configuração do abuso do direito. Trata-se, pois, de mais um *ilícito processual caducificante*”.

⁴⁷ DIDIER JR., Fredie; CUNHA; Leonardo Carneiro da; BRAGA; Paula Sarno; OLIVEIRA. Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução* – 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 213-215.



desproporcional ao executado, que vinha cumprindo o acordo de forma correta, se o exequente requeresse, sem a prévia intimação daquele para aquele se justificasse, a aplicação de multa e demais medidas executivas (bloqueio em conta bancária, penhora e bloqueios de veículos junto ao RENAJUD) diante do pagamento quase integral do débito, podendo sua conduta ser entendida em desacordo com a boa-fé objetiva.

Por fim, e para exemplificar como o princípio da boa-fé, aplicado a todos os sujeitos processuais, pode também atingir terceiros que eventualmente venham a se relacionar com a demanda, pode-se tratar do terceiro adquirente de bem imóvel que seja objeto de litígio ou de algum executado que esteja querendo se desfazer de seus bens.

No âmbito do processo executivo, prevê o art. 792 do CPC/2015 um rol exemplificativo (já que ressalva as demais hipóteses previstas em lei) de casos em que a alienação ou oneração de algum bem pode ser considerada como realizada em fraude à execução.

Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:

I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido **averbada** no respectivo registro público, se houver;

II - quando tiver sido **averbada**, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III - quando tiver sido **averbado**, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V - nos demais casos expressos em lei.

§ 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2º No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

§ 3º Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

§ 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias. (grifei).

Dos quatro incisos que contêm disposições expressas de casos de fraude à execução, três possuem um elemento em comum: as informações referentes à existência do processo executivo devem estar averbadas no registro público competente, que, no caso de bens imóveis, é atribuído ao Cartório de Registro de Imóveis.



Inicialmente, para garantir a mínima segurança jurídica nas transações, seria necessário que determinadas situações pudessem ser de conhecimento de terceiros ou, ao menos, poderem ser assim consideradas. Para instrumentalizar essa exigência de publicidade, a Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994 prevê em seu artigo 1º que os serviços extrajudiciais (de notas e registros), previstos no art. 236 da Constituição Federal como públicos, mas prestados de forma provada, são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos. Por sua vez, a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 é a responsável por disciplinar os procedimentos para a prestação dos serviços registrais, entre eles, o Registro de Imóveis a partir de seu artigo 167.

Ao comentar sobre o princípio da publicidade registral, a doutrina é precisa ao ensinar que, uma vez determinada informação tem ingresso na serventia extrajudicial competente, ela presume-se de forma absoluta de conhecimento de todos, com oponibilidade *erga omnes* tornando impossível a alegação de ignorância ou boa-fé, possibilitando a segurança jurídica no trato das relações, especialmente imobiliárias⁴⁸.

O Código de Processo Civil de 2015, portanto, se valendo a publicidade existente especialmente no Registro de Imóveis brasileiro, exigiu, na maioria dos casos, para que se configurasse a fraude à execução, o terceiro adquirente do bem tivesse conhecimento pleno a respeito da existência de alguma constrição ou da averbação premonitória prevista no artigo 828 do diploma processual civil para, objetivamente, verificar se aquisição teria ocorrido de boa ou má-fé. O próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ) já adotava esse entendimento quando da edição de sua súmula de n. 375 ao dizer que “*o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente*”.

⁴⁸ KÜMPEL, Vitor Frederico; FERRARI, Carla Modina. *Tratado de Direito Notarial e Registral*. Vol. 5. Tomo I: Ofício de Registro de Imóveis. 1ª ed. São Paulo: YK Editora. 2020, p. 271: [...] em matéria registral imobiliária, impõe ao terceiro a necessidade de consultar a base de dados do registro imobiliário, não podendo alegar ignorância de ato constante do registro. Por ter o registro imobiliário base territorial certa e precisa, não há como o terceiro alegar ignorância ou impossibilidade de acesso às informações constantes do registro. Daí haver verdadeira ficção jurídica de que o terceiro sempre tem ciência do que consta do registro, sendo esta a base ontológica da oponibilidade *erga omnes* (contra todos) das informações constantes do registro. [...] só o registro de imóveis tem plena oponibilidade *erga omnes* para todos os atos ali constantes.”



Essencialmente, o que podemos extrair desse conjunto de regras é o seguinte: caso o terceiro tenha adquirido algum bem em que já pendia averbação de alguma constrição ou notícia de execução contra o vendedor (executado), sua conduta será considerada como de má-fé e o negócio jurídico de disposição será considerado ineficaz (e não anulável ou nulo). Não é possível alegar desconhecimento ou ignorância (elementos subjetivos) para desconstituir a sua atuação desleal para com o desenvolvimento do processo.

Observe-se que o terceiro que eventualmente seja considerado de má-fé, muitas vezes, sequer tem a intenção de prejudicar o credor (exequente) ou está mancomunado com o exequente. Ou seja, a má-fé perquirida aqui não é a subjetiva (intencional), mas é considerada objetivamente, diante da disposição legal a respeito da fraude à execução. Aliás, a má-fé, nestes casos, se presume de forma absoluta, não comportando prova em contrário⁴⁹.

Percebe-se, com isso, que a objetivação de condutas, intentada com a inclusão com maior concretude do princípio da boa-fé objetiva, importado do direito privado para o direito processual civil, ramo do direito público, garante uma facilitação na condução do processo como um todo, especialmente no processo executivo civil, em que será buscada a satisfação da pretensão do exequente, que terá ao seu favor medidas que reforçam a otimização de seus objetivos. O sistema garante a proteção do terceiro de boa-fé, na mesma medida, não impondo a ineficácia da transação quando não fosse possível ter conhecimento da condição do vendedor-executado⁵⁰.

No mais, ainda é considerada importante a disposição do inciso IV do art. 792 do CPC/2015 ao dispor que também se considera fraude à execução a existência de ações contra o devedor que fossem capazes de reduzi-lo à insolvência ao tempo da alienação ou da oneração, o que exige por parte do adquirente cuidados adicionais quando for realizar seu negócio jurídico de aquisição. Nesse sentido, deve o comprador, mesmo no caso de

⁴⁹ GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015* – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018, p. 40.

⁵⁰ MORAIS, Sandro Balduino; DO AMARAL, Larissa Fortes. Fraude à execução: a atribuição do ônus da prova ao terceiro adquirente de boa-fé frente ao Código de Processo Civil de 2015. *Percursos*, v. 4, n. 23, p. 265-286, 2017, p. 275; PIMENTA, Murilo Hákime; CAVALCANTI, Daniele de Melo. Fraude à execução e sua publicidade perante o registro de imóveis. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 14, n. 1, 2020, p. 15.



ausência de menção de qualquer ônus na matrícula imobiliária, extrair certidões referentes à existência de ações tramitando contra o vendedor pelo menos no domicílio deste e no local em que se encontra o bem a ser adquirido, a fim de comprovar sua diligência no momento da compra⁵¹.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da boa-fé, previsto expressamente no artigo 5º do Código de Processo Civil de 2015, em sua vertente objetiva, pode ser considerado um grande avanço em termos de otimização do processo como um todo e especialmente em matéria de execução civil. O transporte das várias facetas desse princípio, já utilizado há muito tempo utilizado no âmbito do direito privado, para o campo do processo civil, direito público por excelência, implicou que tanto as partes, quando órgão jurisdicional e demais sujeitos processuais tenham agora o dever legal de proceder com lealdade.

Tudo isso em razão de que as mais variadas condutas processuais de um determinado sujeito são ensejadoras de criarem expectativas legítimas nos demais e, uma vez frustradas, podem possibilitar a penalização daquele que atuou de forma ilegal, pouco importando se tinha intenção de prejudicar alguém ou não.

Nesse sentido, o princípio da boa-fé garante uma objetivação de comportamentos, que serão observados unicamente sob a ótica de lealdade ou não no bojo do processo e se tal conduta poderia ser praticada daquela forma. Afora isso, a boa-fé é fonte interpretativa do pedido e do provimento jurisdicional, por exemplo, além de estabelecer os deveres processuais para que os sujeitos atuem de maneira íntegra e regula a forma de serem exercidos determinados direitos, para que não ocorram abusos e excessos por partes de seus titulares.

Essa objetivação das condutas permite uma facilitação no andamento processual, otimizando a utilização da demanda como meio hábil a obtenção de um resultado esperado.

⁵¹ MORAIS, Sandro Balduino; DO AMARAL, Larissa Fortes. Fraude à execução: a atribuição do ônus da prova ao terceiro adquirente de boa-fé frente ao Código de Processo Civil de 2015. *Percursos*, v. 4, n. 23, p. 265-286, 2017, p. 273.



Sendo assim, são reduzidas as possibilidades de alegações desarrazoadas e despropositadas, que tenham apenas intuito de proteção, de forma que a cláusula geral de boa-fé consegue determinar com maior precisão no caso concreto, quem está agindo lealmente e deve ter seu direito assegurado ou, em caso contrário, quem terá esse direito suprimido.

Isso pode ser visualizado com clareza, entre tantos outros exemplos, no processo executivo civil ao serem previstas hipóteses taxativas de ato atentatório à dignidade da justiça no art. 774 ou nas situações exemplificativas no art. 792 em que se pode considerar alienação de bens como fraude à execução.

Com relação à questão da alienação de bens imóveis, o sistema processual civil se aproveitou da publicidade *erga omnes* dos registros públicos para otimizar a resolução dessa questão, que se dá no bojo do próprio processo executivo, gerando a ineficácia do ato de alienação que seja promovido em afronta às suas disposições. Sendo assim, o credor diligente promoverá a inscrição da existência de ações que possam necessitar da existência desses bens para serem totalmente satisfeitas e impedirá que o adquirente não diligente possa alegar que desconhecia a existência de demandas que pudessem fazê-lo perder o bem. Uma vez averbada a existência da execução, presume-se a má-fé do adquirente, que poderá perder o bem adquirido, face à ineficácia de seu negócio em relação ao exequente.

É possível, com isso, diminuir o tempo para se decidir se uma situação pode ser considerada como praticada ou não em fraude à execução, reduzindo o dispêndio de esforços e tempo das partes e possibilitando uma decisão com grau de certeza elevado, garantindo a esperada segurança jurídica propiciada pelo estado ao resolver uma demanda.

REFERÊNCIAS:

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 1: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.



- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. *Institui do Código de Processo Civil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869impressao.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. *Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. *Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994. *Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.
- CABRAL, Antônio do Passo. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. In: *Revista de Processo*. São Paulo: RT, 2005.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro* – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.



- CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Litigância de má-fé, abuso do direito de acção e culpa in agendo*. Coimbra: Almedina, 2006
- COSTA, Gabriel Ahid; NINA, Leandro Costa. O princípio constitucional da boa-fé: garantia de lealdade e confiança nas relações jurídicas privadas. In: CRUZ, André Gonzalez; DUARTE JR., Hildelis Silva; JESUS, Thiago Alisson Cardoso de (Orgs.). *Estudos atuais de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2014.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA; Leonardo Carneiro da; BRAGA; Paula Sarno; OLIVEIRA. Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: execução* – 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – 21. ed. - Salvador: Ed. Jus Podivm, 2019.
- DIDIER JR., Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 70, p. 179-188, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1183784/Fredie_Didier_Jr.pdf. Acesso em: 08 mai. 2021.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015* – 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.
- GAMELEIRA, Fernanda Figueira. O dever de mitigar o próprio prejuízo aplicado à execução das astreints. *Revista do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da EMERJ*. n. 3. 2014. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/rcursodeespecializacao_latosensu/direito_processual_civil/edicoes/n3_2014/pdf/FernandaFigueiraGameleira.pdf. Acesso em: 08 mai. 2021.
- JUNOY, Joan Pico i. El debido proceso ‘leal’. *Revista Peruana de Derecho Procesal*. Lima: Palestra, 2006.



- KÜMPEL, Vitor Frederico; FERRARI, Carla Modina. *Tratado de Direito Notarial e Registral*. Vol. 5. Tomo I: Ofício de Registro de Imóveis. 1ª ed. São Paulo: YK Editora. 2020.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de processo civil comentado* – 3. ed. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2017.
- MEDEIROS NETO, Elias Marques de; SORRILHA, Rúbia Cristina. O princípio da boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro: um breve estudo do Novo Código de Processo Civil. *Revista eletrônica de direito processual*, v. 18, p. 174-208, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/27003/20277>. Acesso em: 06 mai. 2021.
- MORAIS, Sandro Balduino; DO AMARAL, Larissa Fortes. Fraude à execução: a atribuição do ônus da prova ao terceiro adquirente de boa-fé frente ao Código de Processo Civil de 2015. *Percurso*, v. 4, n. 23, p. 265-286, 2017. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/2738/371371461>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo: Princípios Constitucionais e a Lei 9.784/1999*. São Paulo: Malheiros, 2007.
- PEREIRA, Luis Guilherme Gonçalves. *A possibilidade jurídica de julgamentos implícitos no processo civil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8272/1/LU%c3%8dS%20GUILHERME%20GON%c3%87ALVES%20PEREIRA%20-%20DISSERTA%c3%87O%20DE%20MESTRADO%20-%20A%20POSSIBILIDADE%20JUR%c3%8dDICA%20DE%20JULGAMENTO%20S%20IMPL%c3%8dCITOS%20NO%20PROCESSO%20CIVIL.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.
- PIMENTA, Murilo Hákime; CAVALCANTI, Daniele de Melo. Fraude à execução e sua publicidade perante o registro de imóveis. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 14, n. 1,



2020. Disponível em:
<https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/190/250>
. Acesso em: 09 mai. 2021.
- RUBINSTEIN, Flávio. *Boa-fé objetiva no direito financeiro e no direito tributário brasileiros*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-28022012-155501/publico/Flavio_Rubinstein_Dissertacao_2008.pdf. Acesso em: 07 de mai. 2021.
- SOUZA, Leonardo Fratini Xavier de; SIMAS, Sivonei. O princípio da boa-fé processual: reflexos de sua violação pelo exequente. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 1, p. 7215-7232, 2021. Disponível em:
<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23429/18814>. Acesso em: 08 mai. 2021.
- THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil* – vol. I: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum – 60. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- VINCENZI, Brunela Vieira de. *A boa-fé no processo civil*. São Paulo: Atlas, 2003.